

ÍNDICE

ABREVIATURAS	15
NOTA PRÉVIA	17
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	
1.1. Da globalização ao mundo pós-pandémico: a afirmação do poder regulatório da UE	23
1.2. Novas abordagens metodológicas no estudo do Direito da União Europeia? Análise económica do Direito; economia comportamental e nudging	36
1.3. Da cooperação à convergência regulatória: a vocação paternalista da União Europeia como emissora de regras globais	50
CAPÍTULO 2. TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE NO DIREITO DA UE	
2.1. O princípio da territorialidade no Direito Internacional	61
2.2. Territorialidade e extraterritorialidade no século XXI	73
2.3. Jurisdição extraterritorial: jurisdição prescritiva, jurisdição adjudicativa ou pessoal e jurisdição de execução	79
2.4. Jurisdição extraterritorial e jurisdição adjudicatória ou pessoal: a gradual convergência entre os dois lados do Atlântico	89
2.5. Território e UE	98
2.5.1. A geometria variável da noção de território	98
2.5.2. O território da UE e as fronteiras	103
2.6. O recurso a mecanismos de extraterritorialidade impura pela UE	109

CAPÍTULO 3. O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE NO DIREITO DA CONCORRÊNCIA

3.1. Introdução à aplicação extraterritorial impura do Direito Europeu da Concorrência	117
3.2. A teoria dos efeitos no direito norte-americano da concorrência	118
3.3. O princípio da territorialidade no Direito Europeu da Concorrência	129
3.3.1. As três teorias do Direito Europeu da Concorrência	129
3.3.2. A teoria da entidade económica única	130
3.3.2.1. Evolução histórica	130
3.3.2.2. A noção de empresa e a teoria da entidade económica única	134
3.3.2.3. A teoria da entidade económica única e os grupos de empresas	137
3.3.2.4. A jurisprudência Sumal e a teoria da entidade económica única	141
3.3.2.5. Os pedidos de informações e a teoria da entidade económica única	146
3.4. A teoria da implementação	150
3.5. A teoria dos efeitos	157
3.6. O debate em torno da harmonização ou cooperação internacional no domínio do Direito da Concorrência	176
3.6.1. Evolução histórica	176
3.6.2. A OCDE entre a convergência ou harmonização e a cooperação internacional	185
3.7. O princípio <i>comitas gentium</i> , de deferência ou cortesia internacional (“ <i>international comity</i> ”) na teoria dos efeitos	188
3.8. As respostas do Direito Europeu face aos novos desafios da extraterritorialidade	195
3.8.1. O escrutínio do investimento direito estrangeiro (IDE) na UE	195
3.8.1.1. O Regulamento de escrutínio de IDE	195
3.8.1.2. A proposta de escrutínio de saída de IDE	201
3.8.2. A definição de condições equitativas de funcionamento do mercado interno	202
3.8.2.1. As lacunas do Regulamento de controlo de concentrações	202

3.8.2.2. As lacunas do regime europeu sobre auxílios de Estado	209
3.8.2.3. O Regulamento relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno	215
3.8.3. A neutralização da extraterritorialidade no Direito da UE	223
3.8.3.1. As reações internacionais à jurisprudência norte-americana	223
3.8.3.2. A aplicação de sanções económicas e a “long-arm jurisdiction” dos EUA	225
3.8.3.3. O Estatuto de bloqueio europeu	228
3.8.3.4. Da (in)compatibilidade da aplicação de sanções económicas com o Direito Internacional Económico	
	241
CAPÍTULO 4. A REGULAÇÃO EXTRATERRITORIAL DA ECONOMIA DIGITAL	
4.1. Os novos modelos de negócio digitais	243
4.2. A diluição da territorialidade na economia digital	246
4.3. O enquadramento normativo europeu da economia digital	252
4.4. O alcance extraterritorial da regulação europeia da economia digital	265
4.5. A regulação extraterritorial da proteção de dados	269
CAPÍTULO 5. A DIMENSÃO EXTRATERRITORIAL DA POLÍTICA EUROPEIA DO AMBIENTE	
5.1. A política ambiental no Direito da União Europeia	281
5.2. A regulação extraterritorial do bem-estar animal	289
5.3. A regulação extraterritorial da produção de madeira e dos produtos «não associados à desflorestação»	294
5.4. A proposta de Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade	298
5.5. A regulação extraterritorial da aviação civil	302
5.6. A regulação extraterritorial dos métodos e processos de produção	307
5.6.1. Da suposta extraterritorialidade de medidas relacionadas com métodos e processos de produção	307

5.6.2. A regulação dos métodos e processos de produção no Direito da OMC	311
5.6.3. A regulação de métodos e processos de produção de países terceiros pelo Direito da UE	320
CAPÍTULO 6. A DIMENSÃO EXTRATERRITORIAL DA UNIÃO BANCÁRIA E DOS MERCADOS FINANCEIROS	
6.1. Introdução à União Bancária	323
6.2. Os efeitos extraterritoriais da União Bancária e dos mercados financeiros	328
CAPÍTULO 7. A DIMENSÃO EXTRATERRITORIAL DA LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS	
7.1. Caraterização da liberdade de circulação de capitais	339
7.2. A dimensão extraterritorial da liberdade de circulação de capitais	341
7.2.1. As restrições à liberdade de circulação de capitais	341
7.2.2. O princípio da não-discriminação	343
CAPÍTULO 8. CONCLUSÃO	351
BIBLIOGRAFIA CITADA	355
ÍNDICE REMISSIVO	389
JURISPRUDÊNCIA DO TJUE CITADA	393
JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS NORTE-AMERICANOS CITADA	399